

# Urdimento

REVISTA DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS  
E-ISSN 2358.6958

## O dentro, o fora e o vão no meio: epistemologias libertárias e práticas cênicas abolicionistas

Murilo Moraes Gaulês | Maria Galindo Neder  
Lia Garcia | Sayak Valencia

Para citar este artigo:

GAULÊS, Murilo Moraes; NEDER, Maria Galindo; GARCIA, Lia; VALENCIA, Sayak. O dentro, o fora e o vão no meio: epistemologias libertárias e práticas cênicas abolicionistas. **Urdimento** – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 1, n. 50, abr. 2024

 DOI: 10.5965/1414573101502024e0109

Este artigo passou pelo *Plagiarism Detection Software* | iThenticate



A Urdimento esta licenciada com: [Licença de Atribuição Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) – (CC BY 4.0)



## O dentro, o fora e o vão no meio: epistemologias libertárias e práticas cênicas abolicionistas<sup>1</sup>

Murilo Moraes Gaulês<sup>2</sup> | Maria Galindo Neder<sup>3</sup>  
Lia Garcia<sup>4</sup> | Sayak Valencia<sup>5</sup>

### Resumo

O referido artigo é um compilado de três entrevistas realizadas com artistas e pesquisadoras latino-americanas: Sayak Valência, Lia Garcia e Maria Galindo. O texto organiza as três entrevistas em uma única dramaturgia com o intuito de estabelecer um debate acerca das intersecções presentes entre artes cênicas, abolicionismo prisional e dissidência de gênero/sexualidade.

**Palavras-chave:** Abolicionismo penal. Gênero. Artivismo. Prisão.

### The inside, the outside and the gap in between: Libertarian epistemologies and abolitionist scenic practices

#### Abstract

This article is a compilation of three interviews carried out with Latin American artists and researchers: Sayak Valência, Lia Garcia and Maria Galindo. The text organizes the three interviews into a single dramaturgy with the aim of establishing a debate about the intersections present between performing arts, prison abolitionism and gender/sexuality dissent.

**Keywords:** Penal abolitionism. Gender. Artivism. Prison.

### El adentro, el afuera y la brecha entre medio: epistemologías libertarias y prácticas escénicas abolicionistas


#### Resumen

Este artículo es una recopilación de tres entrevistas realizadas a artistas e investigadores latinoamericanos: Sayak Valência, Lia Garcia y Maria Galindo. El texto organiza las tres entrevistas en una sola dramaturgia con el objetivo de establecer un debate sobre las intersecciones presentes entre las artes escénicas, el abolicionismo carcelario y el disenso de género/sexualidad.

**Palabras clave:** Abolicionismo penal. Género. Artivismo. Prisión.


---

<sup>1</sup> Revisão ortográfica, gramatical e contextual do artigo realizada por Victor Siqueira Serra, graduado e mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Franca.

<sup>2</sup> Doutorado em Artes/Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Artes/Educação pela USP. Especialização em Psicopedagogia e Arteterapia pela Faculdade Paulista de Artes/SP. Licenciatura em Educação Artística pela Faculdade Paulista de Artes. Bacharelado em Artes Cênicas pela Faculdade Paulista de Artes.  [cenicas.murilogaules@gmail.com](mailto:cenicas.murilogaules@gmail.com)  <https://orcid.org/0000-0002-7704-5229>

<sup>3</sup> Ativista boliviana, militante anarcofeminista, psicóloga e comunicadora, cofundadora das Colectivo Mujeres Creando em 1992, o qual segue liderando.

<sup>4</sup> Pedagoga, escritora e performer, aprendiz ativista feminista e trans. Cofundou a rede de jovens trans em 2016, e em 2019, o arquivo LGBTIQ + Trans Marikitas Youth Literature. O ativismo de Lia passa pela junção entre arte e poesia expandida.

<sup>5</sup> Doutorado em Filosofia pela Universidad Complutense de Madrid (2010). Professora investigadora Titular da El Colegio de la Frontera Norte.  <https://orcid.org/0000-0003-3041-8240>



## O Dentro

Em meados de 1999, concomitante ao fervor cultural causado pelos movimentos de teatro da cidade de São Paulo, organizados em luta sob o nome de Arte contra a Barbárie, surgia o Programa Cultural de Teatro nas Prisões da FUNAP, encabeçado pelo educador e encenador Jorge Spínola. Com o intuito de voltar-se a montagens de espetáculos, o Programa possibilitava viabilizar acesso aos meios de criação teatral para a população carcerária do Estado de São Paulo, inaugurando novas possibilidades de trajetória educacional voltadas para as relações entre a cena e as possíveis repercussões de um processo artístico, ou seja, fundamentado em princípios de liberdade de criação, e o regime punitivo de privação de liberdade.

Esse movimento formou o Núcleo Panóptico de Teatro, coletivo formado por pessoas privadas de liberdade e atores profissionais que encenavam dentro e fora da prisão. Sua importância dentro da história do teatro nacional é inegável. Os cinco espetáculos montados pelo grupo chamaram a atenção tanto do público quanto da crítica especializada. A exemplo disso, podemos citar a montagem de *O Auto da Compadecida*, que conseguiu chamar a atenção do próprio Suassuna pela ousadia e complexidade da montagem; e o espetáculo *Muros*, apresentado no Pavilhão 2 do desativado (mas sempre vivo na memória do sistema penal paulista) Carandiru.

Além da potência cênica evocada desse encontro, tido como incomum à época, entre pessoas presas e atores profissionais, o trabalho possibilitava que os artistas confinados pelo Estado pudessem sair em turnê com seus espetáculos, trocando as celas e o abandono social por um dia em salas memoráveis da história do teatro como o TUCA ou o Teatro Oficina, por exemplo.

Longe de ser uma exceção, as artes cênicas e o abolicionismo penal sempre deram as mãos ao longo da história do Brasil. Podemos citar o revolucionário Teatro do Sentenciado, inaugurado por Abdias Nascimento quando recluso da Casa de Detenção de São Paulo, no Carandiru, registrado de forma brilhante por Viviane Narvaes (2020) e Denise Carrascosa (Nascimento, 2023), ou as experiências vividas por Frei Betto, Maria Rita Freire Costa e Ruth Escobar em instituições



penitenciárias registradas por Vicente Concílio (2008), que também é coordenador do Núcleo de Teatro nas Prisões da UDESC.

Se pensarmos que o termo abolicionismo penal é uma configuração conceitual brasileira (usu)fruto da negação sobre nosso vergonhoso histórico escravocrata, cuja emancipação da escravidão foi a mais tardia em todo o mundo, essa relação se torna mais antiga. Digo isso porque o termo abolicionismo (sem o penal) é usado em quase todo o mundo para designar simultaneamente a luta antirracista de emancipação plena de povos não brancos e a luta antiprisional, tendo em vista que as prisões são um marco e prova cabal da manutenção do projeto escravocrata após o fim formal da escravidão, período em que

peças ex-escravizadas, que tinham saído recentemente de uma condição de trabalho corporal incessante, podiam ser legalmente sentenciadas à servidão penal. Imediatamente após o fim da escravidão, os estados se apressaram para desenvolver um sistema de justiça criminal que pudesse restringir a liberdade das pessoas recentemente libertas. Pessoas negras se tornaram o alvo principal de um sistema legal em desenvolvimento, chamado por muitos de uma reencarnação da escravidão (Davis, 2018, p. 51).

Desde os primórdios da colonização, o teatro e, principalmente, as práticas comunitárias do Teatro Negro, tiveram grande importância no abolicionismo brasileiro. Foi em 1870, no Theatro de Variedades de Madri, que o abolicionista André Rebouças conheceu as conferências antiescravistas promovidas pela Sociedade Abolicionista Espanhola. Nesses encontros, o teatro tinha papel central para trazer o debate às massas e de funcionar como facilitador pedagógico e semiótico para formar a população e trazer novos adeptos à causa. Ao retornar ao Brasil, Rebouças se inspira nas práticas do abolicionismo espanhol para promover as Conferências Emancipadoras em diferentes teatros do país, entre 1880 e 1881 (Njeri, 2021). O teatro passava a dar forma às expressões abolicionistas, após as missas de domingo, contando com ampla divulgação do jornal Gazeta da Tarde, de José do Patrocínio. Além disso, era comum que as companhias teatrais abolicionistas do século XVII utilizassem da renda arrecadada em suas bilheterias para comprar alforrias para pessoas escravizadas (Njeri, 2020). Com as consequências desses movimentos comunitários e da luta aquilombada, que fomentaram novos imaginários políticos acerca da inegociabilidade da



humanidade do povo preto, em 1888 o estado brasileiro decretou a abolição da escravidão.

Desde 2019, a CiA dXs TeRrOrIsTaS, coletivo artístico LGBTQIA+ da cidade de São Paulo com o qual atuo e acompanho, inspirada pelo trabalho desenvolvido pelo Núcleo Panóptico de Teatro, se debruça na produção de práticas dentro das artes da cena que fomentem o (duro) desenrolar da luta abolicionista no Brasil. Seu trabalho possibilitou um repertório de práticas artístico-pedagógicas e criativas a fim de organizar uma metodologia própria para criação com pessoas privadas de liberdade.

Durante esses cinco anos de pesquisa e atuação enquanto artista e militante da luta antiprisional, tenho percebido que as experiências – tanto com os processos de submissão escravocrata quanto com o desenvolvimento do teatro enquanto ferramenta social de mobilização revolucionária das massas – possuem muitos pontos em comum. A América Latina foi sequestrada pelos conquistadores europeus, que se utilizaram da catequização dos povos, do tráfico de pessoas, da estratificação cultural e das prisões como tecnologias bélicas de dominação e subalternização, com desdobramentos que são sentidos até hoje no imaginário comum de nossos povos.

Ao mesmo tempo, a língua e a geografia tornaram o Brasil um continente à parte na América Latina, com barreiras que impedem o escambo de tecnologias de resistência com nossos hermanos, hermanas e hermanas.

Justamente por isso, tenho feito um exercício contínuo de estabelecer diálogos com artistas, pesquisadores(as)(is) e ativistas que têm construído junto às suas comunidades epistemologias para nomear e organizar nossos arsenais de resistência ao apocalipse colonial, principalmente no que se trata acerca da luta antiprisional.

Eu entendo as prisões como hipérbole e síntese, simultaneamente, do projeto neoliberal bélico-rentável capitalista e, por isso mesmo, acredito que elas encontram sua maior frente de resistência nas tecnologias comunitárias, produzidas a partir de saberes do cuidado e da manutenção e enaltecimento da vida.



E é a partir desse movimento que se organiza esse texto. Uma conversa com matrigestoras de saberes anticoloniais, da América Latina, que buscam em seus movimentos promover a liberdade plena de todos os povos. Operando ficções idealizadas em bando com a sua gente, orquestradas com tanta esperança e habilidade que, por muitas vezes, acabam por rasgar o tecido frágil da realidade e parir novos e melhores mundos possíveis.

Essa conversa por si só já é uma ficção. Porque ela nunca aconteceu. Não da maneira como aqui se organiza, pois os relatos que se seguem foram coletados em conversas individuais que tive com cada uma delas, mas que pelas similaridades e diferenças complementares pareciam pedir um encontro.

Para além de toda a potência artística e metodológica, essas experiências abrem precedentes para pensar novas possibilidades do fazer teatral sob uma perspectiva arte-ativista, ampliando o alcance transformador que as artes cênicas possuem enquanto territórios fundamentados na liberdade. Hoje, já é possível reconhecer e mapear diversas práticas cênicas que se relacionam com o (fim do) sistema prisional brasileiro, seja com artistas e/ou pedagogos inseridos no front das penitenciárias, seja com trabalhos teatrais que trazem à tona a emergência dessa discussão ainda em nossos tempos.

Esse artigo f(r)icciona essas conversas, como uma dramaturgia, no intuito de ampliar as perspectivas interseccionais sobre cultura, artes cênicas, gênero e abolicionismo, para que possam servir como material de base de futuros movimentos, rebeldias, revoluções ou ações rumo a novos rasgos no tecido da realidade, a fim de que este possa ser liberado da mancha de sangue colonial que (ainda) o tinge de vermelho-sacrifício.

## O vão no meio

**Maria Galindo:** Me parece muito importante dizer que atualmente eu estou impedida pelo governo de entrar na prisão. Por que? Porque a última vez que eu entrei na prisão, apoiei e produzi uma rebelião. E desde aquela época eu só posso voltar para uma prisão, na Bolívia, se for como prisioneira. Eu tinha uma amiga na prisão que foi presa por porte de armas, por terrorismo. Essa amiga tinha um



coletivo chamado As Presas Políticas e elas queriam debater comigo.

**Lia Garcia:** O projeto que realizei de 2016 a 2018, aqui na Cidade do México, se chamava projeto “10 bis” e foi um projeto que foi realizado na prisão preventiva masculina do Norte. Aqui na Cidade do México temos nove prisões, das quais duas são para mulheres e sete para homens. Fui fazer o que chamo de encontro porque não gosto da palavra intervenção. Acho que intervenção tem a ver com intervir em um lugar e isso pode ser um pouco violento. Eu gosto mais da palavra encontro, pois quando alguém encontra algo, você descobre, você se perde e ao mesmo tempo procura.

**Maria Galindo:** Então todas essas conotações da prisão feminina, elas têm me interessado muito. Eu fiz programas de rádio na prisão. Uma vez por mês, eu levava todo o meu equipamento de rádio para a prisão e as mulheres podiam falar o que quisessem. Primeiro, fizemos programas muito inocentes de mulheres que queriam falar de amor, de liberdade, mas depois elas começaram a enviar mensagens, começaram a questionar a administração do espaço. Foi aí que culminou em uma rebelião e o Ministério do Governo não me deixa mais entrar.

**Lia García:** Daí resolvi ir para um desses lugares de confinamento onde se encontram alguns homens que cometeram crimes gravíssimos relacionados a sequestro, tráfico de drogas, homicídio, feminicídio, roubo e muito mais. Eu queria conhecer esses homens. Conhecer suas experiências de vida, saber como cresceram em seus bairros, como foram treinados na sociedade mexicana para pensar o que pensam sobre as mulheres trans. Tudo em um projeto autogestionado. Me perguntam muito por que esse projeto não é coletivo, ou seja, por que eu não fui com outras mulheres trans fazer esse projeto. É muito interessante, porque claro que a maior parte dos meus amigos ficaram com medo. Tiveram muito medo de ir comigo nesse encontro com esses homens, porque não íamos entrar na prisão com outras mulheres trans. Íamos para os dormitórios onde estavam os homens cis.

**Maria Galindo:** Então começamos um processo de discussão de cinco anos, uma vez por semana, levantando vários problemas. O primeiro problema, todos os presos são presos políticos. Não é que existam alguns presos políticos e outros



presos não políticos. A prisão feminina, na Bolívia, é um lugar de confinamento para mulheres pobres.

**Murilo Gaulês:** No Brasil também.

**Maria Galindo:** Sim, em todo o mundo. E através daqueles debates, o que eu fiz foi compreender a prisão. Não é que eu levei uma visão, mas eu aprendi. Esta verdade da prisão como local de confinamento dos pobres, como local de dupla punição de mulheres, porque na Bolívia a prisão feminina e a prisão masculina têm regras completamente diferentes. Por exemplo, no feminino, as mulheres devem tornar-se boas. Na origem, as prisões bolivianas eram administradas por freiras. Então as freiras exerciam um controle criterioso pela religiosidade, pela confissão, pela proibição do sexo. Na prisão feminina isso é muito forte, enquanto na masculina esses critérios não existem. Existem outros critérios de violência interna.

**Sayak Valência:** O fato das mulheres se rebelarem contra o binarismo de gênero, elas desobedecem e, ao desobedecerem, mostram outros pactos e outros caminhos possíveis fora do binômio. Ou seja, a pessoa se resigna a ser obediente à masculinidade e outras pessoas mostram possibilidades no horizonte, como pessoas trans ou mulheres ou pessoas que são a favor de um projeto mais libertário, dando-nos a notícia de que existe um mundo além deste. É claro que o dinamismo incomoda os sujeitos individualmente, mas fratura significativamente o imaginário cultural que nos concebe como vulneráveis, eternamente vulneráveis, como sacrificáveis. No caso das pessoas trans, é ainda mais radicalizado, porque elas não estão apenas engajadas na desobediência ativa de certos arranjos de gênero, mas sim em uma transformação física e uma ruptura do imaginário social em relação ao gênero e à sexualidade que são as bases materiais para a dominação masculina sobre outros assuntos. O que elas estão dizendo é que não apenas não te obedeco, mas que meu corpo me pertence e, além do fato de pertencer a mim, posso ir para onde estou, para fora de onde sinto que não sou eu. Então, aqui, há uma ruptura não só com as relações interpessoais, mas com o contrato social que determina quem é homem e quem é mulher e quais são as funções baseadas nesse homem e mulher, nesse sentido conservadorista.





**Lia García:** Sim, eles se sentiram desconfortáveis e foi um encontro de grande impacto de risco, porque trabalhei com meu corpo, ou seja, tive que colocar meu corpo no centro do encontro para que meus colegas sentissem que estavam se tocando, ou seja, que sentissem minha pele e que sentissem a experiência das pessoas trans através da pele. Não através de conceitos que às vezes precisam ser explicados. O que significa ser travesti? Como viver como travesti? O que significa ser transexual? As respostas precisavam ser do corpo primeiro. Do uso do afeto, do toque e do toque como um ato, como uma possibilidade de dismantelar aquela masculinidade tóxica a partir da minha própria experiência como mulher trans, e não através de um interlocutor ou uma interlocutora.

**Maria Galindo:** Nas prisões femininas da Bolívia, as mulheres têm alcançado formas relativas, não totais, de autogoverno, onde a polícia, por exemplo, não consegue acessar determinados lugares. E isso é muito especial. O inimigo é a polícia, mas há uma espécie de sub-regime, uma lei paralela ao Estado, que converteu todos os espaços em um espaço mais ou menos privado, onde se você tem dinheiro, você tem um lugar para sentar, você tem um lugar para trabalhar. Se você não tem dinheiro, você não tem onde sentar, não tem onde trabalhar.

**Sayak Valência:** O problema aqui é, por um lado, que a ideia de Estado nos nossos países tem funcionado de forma disfuncional. E foi criada justamente para que não funcione da forma especificamente correta, pois dentro da disfuncionalidade dos estados está em jogo o valor simbólico de que somos ingovernáveis e que, portanto, não alcançamos a categoria de seres humanos, lidos como eternamente selvagens ou eternamente crianças que têm que ser governadas por alguém exterior. Dessa maneira, mesmo que os Estados sejam libertados ou sejam criados Estados-Nação democráticos com a independência no nosso continente, a ideia colonial ainda existe. A independência serviu para que os conquistadores partissem dessas terras, mas o colonialismo permanece e, como sabemos, constrói imaginários simbólicos, políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos de uma forma muito poderosa. Este Estado se baseia numa perspectiva super sexista e super autoritária, onde a figura central de um homem muito poderoso opera como um super-herói que está a serviço não da população, como se pretende nas democracias, mas sim como uma substituição do soberano,



do rei, da monarquia que começa a se diversificar de uma série de maneiras. Como diz Feinmann (2016), a monarquia passa a ser um patriarcado ou uma fratria que faz com que os poderes sejam divididos entre esses irmãos que estão ligados por gênero.

**Maria Galindo:** Fui visitar uma mulher na prisão e eu me encontrei com um companheiro transmasculino, que teve sorte de ter acabado na prisão feminina, porque se tivesse sido jogado em uma prisão masculina, ele teria sido assassinado, estuprado.

**Lia García:** Por outro lado, quando você pergunta a uma mulher trans se ela gostaria de estar em uma prisão feminina, ela responde imediatamente que não. Porque, em primeiro lugar, em uma prisão masculina você pode ganhar mais dinheiro, trabalhar, ter uma renda. Você pode cortar cabelos, você pode fazer barbas, e isso não é só para os homens presos, mas também para pessoas em dias de visita. Mulheres trans cortam o cabelo, arrancam as sobrancelhas, tanto faz. Tem a ver com beleza e a partir daí ganham dinheiro. Em segundo lugar, vem o trabalho sexual. É um lugar onde os homens podem passar o resto das suas vidas trancafiados e por isso, obviamente, tem de haver capital sexual, que são os corpos das mulheres trans ou os corpos dos homens *gays*. E a terceira questão é porque os papéis da feminilidade são capitalizados. Portanto, o apoio à prisão dos homens tem de ser feito através dos corpos mais fracos e mais dóceis, ou seja, quem sustenta uma prisão de homens, são homens afeminados ou mulheres trans/travestis. Historicamente, nós mulheres, cis ou trans, sustentamos o mundo através do cuidado. Obviamente mulheres trans, num espaço onde há 13 mil homens, vão sustentar a dinâmica social de uma prisão. Somos nós que lavamos a roupa, que tricotamos, que fazemos a comida, que cortamos o cabelo, até companhia de um homem que quer ter uma companheira. Tudo isso gera dinheiro e cobranças.

**Sayak Valência:** Eu uso o termo necropoder para cunhar o que, na minha perspectiva, é uma categoria que está bastante de acordo com as reflexões que Foucault (2014) e Mbembe (2018) fizeram. O necropoder atua de diversas formas e, nesse sentido, pensaríamos nele como um dispositivo de gestão e operacionalização da violência como um trabalho, mas também do valor simbólico



que representa a ameaça constante a certas populações. O necropoder atua ou não atua sobre as populações, mas se aproveita ou se beneficia do medo de ser assassinado. As populações trans, femininas e outros sujeitos, pelas suas condições materiais e pelos seus marcadores sociais, também fazem parte daqueles que estão sendo assediados pelo necropoder. Mas, no caso das pessoas trans, poderíamos pensar que o necropoder também atua contra uma forma de desobediência que essas as pessoas representam. Se por um lado somos submetidos a essa ideia de uma masculinidade necropolítica, ou que exerce necropoder, ou que é necroempoderada através da obediência ao patriarcado e ao Estado e a outros grupos onde a masculinidade é uma forma mítica e de convivência, de restituição simbólica e emocional; por outro lado, vemos que essa obediência é recompensada pelo Estado e pela sociedade, pela cultura, pelo que já conhecemos como patriarcado.

**Maria Galindo:** Essa pessoa trans era a única pessoa do gênero masculino em toda a prisão. Primeiro, as mulheres o desprezaram, então ele ganhou muita fama porque era uma pessoa muito habilidosa com reparos, e a prisão sempre é um prédio destruído. Depois, ele se tornou um representante de toda a prisão feminina. E até conseguimos libertá-lo, porque ele estava preso por violência sexista, porque sua namorada, que era mulher, o denunciou. E a polícia, vendo um corpo trans, prendeu na hora, por transfobia. Porque quando denunciemos um homem cisgênero violento, nunca conseguimos levá-lo à prisão. Mas, no caso de uma pessoa trans, não passou nem meia hora e ele já estava preso, sem advogados, sem processo, sem nada. Conseguimos demonstrar que não havia processo. Não houve testes, não havia nada além de transfobia da polícia. Provamos que sua namorada estava usando isso para puni-lo. Essa pessoa trans agora mora em nossa casa.

**Lia García:** E também é verdade que temos que pensar na prisão do ponto de vista emocional. Isso porque nós, travestis e mulheres trans, também somos vistas como mães na prisão. Mais cedo ou mais tarde, passamos de objeto sexual a objeto maternal. Tudo que acontece dentro de nossos corpos. Tem homens que precisam dessa companhia porque sabem que vão morrer ali e nada melhor do que morrer apaixonado ou pelo menos acompanhado de uma mulher. O que



penso é que nossos corpos, na prisão, são como os vestígios, é como o que resta da feminilidade. Obviamente, os homens têm práticas homoeróticas também, claro, entre homens, mas as mulheres trans e travestis somos quem seguramos a prisão do lado emocional, sexual, econômico, doméstico e, por isso, elas têm que estar lá e não querem sair de lá.

**Sayak Valência:** Eu também considero que o necropoder é outra coisa que, além de ser exercido e eliminar áreas e gerir a morte destas pessoas, obtém resultados econômicos, políticos e simbólicos e benefícios culturais. Mas também acredito que o necropoder se torna uma sensibilidade que constrói um imaginário simbólico onde a violência que leva à morte é normalizada. Chamei isso de necroscopia. Uma necroscopia é um imaginário simbólico que faz pactos visuais, que faz pacto com a realidade, que faz pacto com o regime de visualidade, poderíamos dizer, a partir dos estudos visuais, onde a violência é normalizada e onde os sujeitos vulneráveis são quase sempre os mesmos e têm as mesmas características ou intersecções que fazem com que seu assassinato valha a pena, a favor da padronização e da normalização desse tipo de violência. É normalizar a violência em contextos em que talvez a violência não seja uma economia direta, não como o tráfico de drogas, que tem a violência como uma ferramenta para se capacitar, mas talvez em outras economias, incluindo o entretenimento ou o consumo, que não trabalham diretamente com a violência, mas que a sua nacionalização é rentabilizada por estes. Neste caso, penso e cito aqui o trabalho da Mariana Berlanga Gayon (2020), que fez alguns trabalhos sobre feminicídio e foi rever como o feminicídio era retratado (literalmente), ou seja, o *frame* onde aparece o corpo das mulheres assassinadas. Como ele foi reproduzido tanto na nota roja<sup>6</sup>, com essas perspectivas super *trash* que colocam nas mulheres trans, que as mostram em campos abertos, em latas de lixo, que mostram pedaços de corpos. Tudo muito grotesco, muito sangrento, muito mórbido. Gayon analisa como era o olhar de quem estava lidando com isso, não somente pela *nota roja*, mas ela percebeu isso também pelos laudos policiais e periciais e pela forma como os peritos masculinos retrataram as mulheres assassinadas. Era o mesmo

---

<sup>6</sup> Nota roja é um gênero jornalístico popular no México. Embora semelhante ao jornalismo sensacionalista ou amarelo mais geral, a nota roja concentra-se quase exclusivamente em matérias relacionadas à violência física relacionada ao crime, acidentes e desastres naturais.



frame destruído e que, por um lado, estava na cultura mórbida da espetacularização da violência e, por outro lado, havia a cultura científica da pesquisa que também retratava isso. Portanto, estamos falando de um *frame* patriarcal que não se afirma apenas, que teve a ver precisamente com a normalização desta violência e com as esferas permanentes que não estão realmente diretamente ligadas a esta violência, mas são usufruto dela.

**Lia García:** Veja, uma das organizações mais conhecidas no México que trabalha com mulheres trans privadas de liberdade é Almas Cativas, que é uma organização presidida por duas mulheres trans. Elas trabalham de uma forma muito orientada para o bem-estar na prisão e, em alguns pontos, eu estava aconselhando-as a fazerem um trabalho pedagógico. Deu muito certo, mas eu queria tornar meu trabalho prisional independente, pois meu trabalho era completamente transformador, abolicionista e bem pedagógico. De uma pedagogia muito rebelde, então estou muito mais interessada em pensar em projetos para trabalhar na educação prisional dentro e fora da prisão, de um ponto de vista abolicionista. Há também outras organizações, como a Companhia de Teatro Penitenciário, que trabalha teatro com pessoas privadas de liberdade. Eles encenam muitas peças com pessoas que estão presas, mas acho que trabalhar a partir da experiência trans é necessário. Acredito que as artes cênicas são definitivamente tecnologias de liberdade porque o que está à frente é o corpo. O protagonista é o corpo e as pessoas trans são pessoas muito corporais, porque somos corpos que rompemos com a norma estética do corpo ocidental. Travestis e pessoas trans sempre colocam uma questão nos espaços porque nossos corpos são vistos, nossos corpos estão lá, somos pessoas que questionam muito. Então as artes cênicas, a performance, a pedagogia são esses espaços que nos permitem transformar a realidade e imaginar novos mundos, criar novos mundos, pensar em outras possibilidades. E para ser artista e para ser educador não é preciso estudar (do ponto de vista neoliberal acadêmico), porque qualquer um pode educar com a própria vida. A vida é a experiência mais rica que você pode usar para educar alguém e as pessoas trans estão educando o tempo todo, pois a simples colocação do nosso corpo no espaço que quebra tudo é educativa e pedagógica. E nós também fazemos arte porque tudo que a gente produz quando falamos da nossa



própria vida é algo artístico.

**Maria Galindo:** Eu acho que essa é uma boa definição, é uma definição correta, mas é uma definição falsa, não? Eu acho que existem muitas miragens, muita mitologia. As artes cênicas estão desempenhando papéis diferentes ao mesmo tempo, depende de como. Há um papel disciplinador desempenhado pelas artes cênicas. É impressionante, por exemplo, como o regime de administração neoliberal da cultura utiliza as artes cênicas para conter populações marginalizadas. Você não tem serviços básicos, você não tem trabalho, você não tem infraestrutura, mas você tem um grupo de teatro. Você não pode fazer assembleia, mas você pode fazer oficina de teatro. Há uma domesticação. O teatro parece ser um instrumento útil para domar os que estão abaixo. Mas o teatro que estes grupos produzem não interessa a ninguém. É um teatro, digamos, em geral de péssima qualidade, que serve a processo de domesticação. Quando se torna um processo subversivo, deixa de ser aplaudido. Por exemplo, se eu vou a prisão feminina e digo que quero fazer um programa de rádio para as mulheres falarem qualquer coisa, desde reclamar de uma dor de estômago, não importa, eles me dizem que não. Mas se eu vou a prisão feminina e eu digo que quero fazer uma oficina de teatro para que tenham autoestima, para que preencham seu tempo livre, a resposta é: “Passe, sem problemas”. Esse caráter inofensivo me preocupa muito.

**Sayak Valência:** O que me parece importante sobre isso é que é justo pensar em possibilidades não punitivas. Conheço alguns advogados argentinos que também trabalham em como pensar a justiça em termos não punitivos. Do ponto de vista do feminismo, acredito que há outras formas. Os povos indígenas também nos dão outras formas de resolver as questões.

**Maria Galindo:** Há um problema com as artes, que é a separação estrutural das Belas Artes. As Belas Artes correspondem a um conceito que se arrasta até o século XIX. Não podemos continuar trabalhando com o conceito de Belas Artes. E o conceito que passa pela disciplina, pela preciosidade, pelo virtuosismo vai absorvendo uma quantidade muito importante de energias que não me parecem valer a pena, parece-me que é como uma forma de desgastar o assunto. Eu não pertenço ao mundo do teatro, mas acho que depois dos paradigmas de Brecht



(1970), depois dos paradigmas do Dario Fo (1998), é importante ir mais longe. Como? Onde? Não sei. Eu acredito que o teatro está funcionando como um confessionário do Século 21. Como lugar para expurgar dores, para expurgar culpas, para expurgar defeitos. Eu não gosto desses papéis.

**Lia García:** Acho muito complicado falar de abolicionismo penal. Vou vincular isso ao meu trabalho. Quando faço encontros na prisão, seja com homens ou com mulheres trans, e recentemente eu estou prestes a começar um trabalho em presídios para adolescentes, eu nunca pergunto sobre os crimes. Eu entro e não estou interessada em saber por que as pessoas estão lá. Embora às vezes eles te digam e você ouça. Eu tenho uma posição abolicionista, para mim as prisões não funcionam. Estou mais interessada em falar sobre justiça restaurativa, justiça curativa e justiça trans, que são esses processos em que podemos ver as pessoas que cometeram crimes como um universo muito maior de desigualdades. Que esse crime é atravessado por um sistema político, econômico, educacional, cultural, emocional e afetivo que faz a pessoa acreditar ou se constituir como criminoso. É como pensar em transfeminicídio, por exemplo. Você não precisa necessariamente pensar nisso como um crime de ódio, porque afirmar isso é reduzi-lo a uma questão sentimental e emocional entre duas pessoas. Para mim são crimes do Estado. Porque é o Estado que tem que reparar e é o Estado que nos obriga a chegar a esses espaços inseguros, pois não nos fornece políticas trabalhistas para realizar um trabalho sexual decente, livre de violência e com direitos para as trabalhadoras do sexo e acabam sendo as que mais assassinam. São crimes de Estado e as prisões são um braço direito do Estado mexicano e do Estado brasileiro, pois todas essas lógicas em que o Estado opera se estendem a esses outros espaços. Abolir as prisões significa abolir as prisões físicas e as prisões mentais. É abolir o sistema de Justiça Mexicano e o sistema de Justiça Brasileiro, que a única coisa que fazem é assassinar nossas vidas trans. Como diz Audre Lord: “Vamos destruir a casa do soberano com nossas próprias ferramentas”. Como você vai reinserir socialmente, como diz o sistema penitenciário mexicano, uma pessoa que nunca foi inserida na sociedade? Ou seja, as mulheres trans nunca estiveram dentro da esfera social, do que é politicamente aceitável, então como a prisão pensa que vai nos reinserir em um mundo onde



sempre fomos rejeitadas?

**Maria Galindo:** Pessoas trans, para as Mujeres Creando, são fundamentais. Você não pode pensar em nada hoje sem a desconstrução que as pessoas trans produzem. A desconstrução do gênero. Porque assim como as Mujeres que estamos produzindo em primeira pessoa um colapso político do poder, as pessoas trans tem produzindo uma ruptura fundamental de sentidos. E isso é fascinante. E estão produzindo em um lugar de muita dor.

**Sayak Valência:** Eu entendo essas relações sociais a partir de três conceitos. O primeiro é o da cidadania, que é o mais conhecido. É aquela exercida a partir de um homem heterossexual branco patriarcal, que seria o contrato social de que falamos há pouco, que é assinado com o estado revolucionário francês. O segundo é o da cidadania, que vem do cuidado, do trabalho de cuidado, esse trabalho que está na base material de todo o resto, desde a reprodução até cuidar dos doentes. As economistas feministas já começam a falar deste trabalho de cuidado há muitos anos, pelo menos desde os anos 1970, e falam do eco do trabalho de cuidado não remunerado. Não somente Silvia Federicci (2019), mas outras, como Amaya Pérez Orozco (2006) e outras pessoas, também falam sobre esse trabalho de cuidado e poderíamos chamar isso de cidadania. O cidadão é um homem, branco, heterossexual, voltando ao que já sabemos, mas a pandemia de covid-19 colocou esse cuidado no centro para sustentar a vida diante e agora acredito que estamos em um momento de cidadania. Mas os Estados não estão fazendo isso. As relações, as redes estão fazendo esses cuidados como já os faziam nos subterrâneos. Essas redes já existiam só não tinham esse nome. Por outro lado, cuirdadania, isso seria um pouco como brincar com a palavra queer. Em inglês, talvez pudesse ser algo como *queersenship* ou cidadania *queer*, é algo em que venho trabalhando há algum tempo, mas em espanhol chamo isso de cuirdadania, brincar com a palavra *cuir* (*queer* desamericanizado) e cidadania. A cuirdadania é algo que nos leva a pensar que esse fenômeno de cuidado também vem acontecendo há muito tempo junto com a dissidência sexual, inventando outras formas de ser, outras formas de desejar, mas não apenas de desejar, mas também de cuidar dos outros e de criar essas comunidades de segurança para muitas pessoas que estão exiladas da normalidade da sociedade ou que não querem ser





inscritas nessa normalidade. Em sentido amplo, a cuirdadania seria ligada ao movimento trans, ao transfeminismo, mas também com a diversidade funcional, com o status de imigração indocumentada, muitas outras questões. Mas aqui vou pensar na cuirdadania como um marco. Por exemplo, a partir dos anos 1980, com a pandemia de AIDS e HIV, podemos ver a cuirdadania agindo no cuidado (porque cuirdadania teria a ver com cidadania e cuidado, mas também atravessada pela dissidência sexual e outras transversais como classe, raça, gênero e status de imigração). Para mim, cuirdadania não é algo que emerge agora - mas é algo que tenho trabalhado a partir da dissidência - e que não tinha nome para fora, mas sempre teve um nome para dentro e é uma política tremendamente eficaz, que também já mostra a sua cara há muito tempo. Cuirdadania é essa comunidade que abriga aquelas pessoas que não têm lugar e que vão para esses lugares, eu sinto que o que é importante para mim não é falar de um novo conceito, mas traçar uma arqueologia política das redes afetivas que foram feitas a partir do queer há muito tempo, ou do torto, do desviado, das bichas, das sapatões, das travestis, ou como vocês queiram chamar, para que se diga à cidadania: “você é uma ficção política que parecia estar aí, mas o que realmente moveu o mundo e a nós foi o cuidado e a dissidência”. Neste caso, o cuidado em reproduzir a vida para cuidar de nós mesmos, para cuidar dos idosos, para fazer comida, para o que entendemos como economia do cuidado. Mas também o trabalho da cuirdadania é desobedecer e dizer que mesmo sendo um contexto completamente aterrador no sentido de muita violência e cada vez mais exacerbada, continuamos a existir, continuamos a resistir e também nos damos o luxo de ser felizes. E isso é muito importante, porque nem sempre estamos tristes, nem a felicidade é a única coisa que temos, mas o prazer, a beleza, a celebração, a felicidade e também a tristeza e o drama compartilhado fazem parte da nossa genealogia política. Eu acredito que isso é algo que é muito negado dentro da racionalidade política sexual que permeia o próprio conceito de cidadania. Então, para mim, cuirdadania é dizer que nós estamos em outro lugar, estamos aqui porque vocês estão obedecendo, mas também estamos aqui porque simplesmente não queremos obedecer e não queremos mais ser essa humanidade. O que está sendo quebrado agora é a estrutura do humanismo que usa todos os valores simbólicos do bom, do justo e do belo para reafirmar uma hegemonia que na realidade nos levou a esta



catástrofe e também nos leva a esta catástrofe, porque temos sido predadores com a natureza e com tudo que é vivo, então a pandemia é consequência desse mundo da colonialidade, da modernidade e da normatividade, não é uma consequência nossa. Estamos sobrevivendo e sobreviveremos a todos esses cercos, desde a colônia até agora, mas o que acho importante é dizer que não somos uma minoria, somos revolucionários sem armas. O que importa na cuirdadania é que tanto o feminismo como o queer e outras dissidências de raça, de gênero, outras interseções tornaram possível um mundo habitável. Embora eles tenham sido responsáveis por criar um mundo distópico dentro de toda a história, continuamos a viver. Assim como as flores continuam a desabrochar, assim como ainda há pores do sol, assim como os animais não precisam disso para viver nem para nada. O cuidado fez justamente um trabalho de resistência e de memória profunda que não passa pelos circuitos da memória aprovada ou capturada do Estado, a memória oficial, mas trabalha com a memória afetiva e, portanto, é ainda mais potente, porque tem um maior risco de contágio, é mais empático e por isso acho que tem um alcance muito maior. Nossa vingança é sermos felizes.

**Maria Galindo:** Para as Mujeres Creando, a vida cotidiana é muito importante. E nossa casa está cheia, é como um Ministério da Justiça. Está cheia de vida. E nunca sabemos o que vai acontecer. Chega uma mulher que diz que quer fazer a oficina de costura? Bem-vinda, pode entrar. Outra diz que quer fazer uma oficina de ciberativismo? Bem-vinda, pode entrar. Nós queremos que o espaço seja vivo. Até para fornecer um banheiro. Na Bolívia não existe banheiro público. E as ruas estão cheias de mulheres construindo outra cidade. E elas não têm um banheiro. Onde ir ao banheiro? É um grande problema para os vendedores ambulantes. Mas, na Bolívia, nem pagando te deixam usar o banheiro. É uma espécie de apartheid racista. Você pode usar o banheiro se você consumir um chá, um café. Mas se você não pode consumir, você não pode usar. Quero dizer, você nem sempre você pode consumir, porque você não tem dinheiro. Então nós temos uso gratuito de banheiro. Não é necessário consumir. Esse pode parecer um detalhe, mas é um elemento político muito importante. Porque estamos no centro da cidade.

**Sayak Valência:** Me parece ser muito importante em sistemas muito fracturados como o nosso, onde a prisão precisamente não vai ser algo efetivo



porque não funciona desde o princípio. Não funciona, pois é feita para excluir e não para reformar de maneira justa. Penso que, em países que são altamente injustos ou criados de forma tão específica para serem desiguais e injustos contra a maioria das populações, ou populações que não possuem aspectos econômicos, simbólicos, raciais, temos que fazer esse trabalho de assembleia na busca daquilo que entendemos por justiça. Porque estamos a pedir justiça ao Estado, mas o Estado está impune e o Estado não vai nos proteger e o Estado não é nosso amigo. Em outras palavras, tenho uma grande amiga poetisa, o nome dela é María Salgado e em um poema, ela diz: “você nunca agradece a alguém que não para de te atacar”. Neste momento, talvez o que temos que pensar é como nos defender e como buscar uma justiça que esteja relacionada com a construção de um consenso coletivo em que a justiça também seja simbólica e restauradora dos nossos processos emocionais. Porque eu acho que o que mais dói na injustiça é que o assunto é fraturado, não no nível jurídico, mas no nível psicológico e emocional, a injustiça faz isso. Aqui no México, infelizmente, temos muitas histórias de desaparecimento. Porque se presume que não houve ditadura no México, nunca foi declarada, mas foram 80 anos de ditadura e com a democracia. Muitos desapareceram e muitos desses desaparecimentos são devidos ao Estado e outros devido ao tráfico de drogas. Há pelo menos uma década ressurgiram muitos grupos, como os que iniciaram nos anos 1970, de busca de pessoas desaparecidas. São mulheres, mães, esposas, primas, irmãs buscadoras de pessoas desaparecidas que também estão criando outra forma de conexão e justiça dentro de sua própria comunidade. Provavelmente não encontrarão seus filhos, mas encontram os filhos de outras e com isso criam uma rede afetiva, que chamo de política post mortem. É a afetividade que nos une após a morte de alguém ou o desaparecimento de alguém, e acredito que isso também acontece nas comunidades trans. Tenho um texto sobre isso. Aconteceu na Cidade do México, há quatro anos, uma colega trans trabalhadora do sexo foi assassinada e suas colegas agarraram o responsável, e levaram-no à polícia. O agarraram com a arma na mão, ele tinha acabado de matá-la, mas o juiz o soltou. Então, algumas dessas mulheres ficaram com tanta raiva que decidiram, antes de levar o rapaz para “as ideias”, levar o caixão para manifestar. Fizeram uma manifestação com caixão no escritório do advogado para demonstrar na rua. Algo me pareceu muito importante



e foi aí que comecei a pensar na questão da política *post mortem*. É que essa pessoa estava se manifestando em corpo presente mesmo não estando mais viva e os afetos que a levavam para lá estavam manifestando que eram suas companheiras e que não queriam mais isso. Não estavam mais pedindo justiça para prender o homem, até porque já estava preso. Elas estavam exigindo outra coisa que não é mais justiça punitiva. Elas estavam lutando pelo direito de aparecer de outra forma, aparecer de forma digna, de forma poderosa e não apenas vitimada, de modo que é a isso que eu me referia em relação à prisão e à forma de pensar a justiça como um dispositivo muito atroz. Como organizar a nossa raiva e a nossa dor e as nossas energias também para não pedir ao Estado apenas punitivismo contra certos indivíduos, mas pensar nisso a partir de outro lugar? Porque também existe uma escala diferente entre alguém que roubou um pão para comer e alguém que massacra uma comunidade inteira na Amazônia para ficar com as terras, isso é muito diferente. Eu também acho que isso é importante porque os casos são muito diferentes e o que entendemos por justiça é como queremos ser indenizados, como vamos nos consertar e eles vão reparar o dano. Acredito que isso é o mais importante, nem tanto em nível institucional, o soberano não me interessa, não quero falar com o soberano - o soberano não fala comigo e eu também não quero falar com ele - mas em nível comunitário, como estamos fazendo. Por tudo que está sendo feito. Refletir sobre isso e politizá-lo e posicioná-lo como uma possibilidade além de nossa comunidade micropolítica. Acho que as prisões deviam desaparecer, mas eu acho que a sociedade caminha no sentido contrário. Creio que as prisões do nosso continente vão ser cada vez mais privatizadas e vai haver cada vez mais prisões, o movimento deveria ser o contrário.

## O fora

A produção de narrativa foi historicamente importante para legitimar toda uma sorte de torturas que sempre chegou para as corpos dissidentes ou, como diz Sayak Valencia (2010), dos sujeitos endriagos. Endriagos são monstros mitológicos que aqui são utilizados como metáfora para aqueles que não obedecem, ou seja, os monstros da favela, da dissidência de gênero e sexualidade,



refugiados, pessoas com deficiência, etc. A autora toma a palavra monstro não de forma depreciativa, mas sim como algo exuberante e complexo e barroco e com um imaginário cultural com muitas camadas.

Na contramão de nossa exuberância monstruosa natural, a soberania colonial nos caça por temer nossa potência endriaga. Somos colocadas em canhões, queimadas, atiradas de prédios, esfaqueadas e, quando com muita sorte, somos presas por tentarmos sobreviver pelas poucas alternativas que nos restam nesse mundo CISmado.

Nesses mais de cinco anos atuando com artes cênicas em penitenciárias e com pessoas sobreviventes do sistema carcerário, tenho percebido a necessidade de escavar espaços de interseccionalidade que se proponham a dar conta da tamanha complexidade que existe no pós-cárcere de corpos dissidentes.

As artes cênicas têm se demonstrado um território potente para transformação, preservação e permanência de nossas comunidades monstras. Segundo pesquisa realizada pelo CEDEC (2021), a segunda maior fonte de renda de pessoas trans e travestis são trabalhos com arte em suas múltiplas linguagens, perdendo somente para a prostituição. Afinal, quais são os imaginários possíveis e capazes de mudar os rumos daquelas pessoas que tiveram tatuados em seu corpo um estigma de presidiário, que as mantém sob a vigilância punitivista do estado, mesmo depois de ter pagado sua pena (e um preço muito alto, não importa o motivo que a tenha levado até lá).

Me parece urgente, em tempos como os nossos, onde cada vez mais nossas rebeldias têm sido capturadas pela violência neoliberal e estatal, erigir uma cena teatral que acione aparatos de fala para aqueles que nunca puderam falar (como pessoas que estão ou saíram do cárcere), de modo que sejam realmente ouvidas com interesse público. Para tanto, o que cabe a nós nesse processo é viabilizar as formas de organizar esses discursos mutados em cena, acessibilizando repertórios de criação.

Como já nos disse a bruxa travesti Jota Mombaça:

... eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis.  
Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas



outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele (Mombaça, 2017, p.11).

Entendo a importância que a produção de metodologias e narrativas tem, tanto para a manutenção quanto para a derrocada dos poderes que nos oprimem e deixam nossas corpos à beira do abismo do mundo.

Enquanto a mídia branca cisgênero e heterossexista utiliza de programas de narrativa televisivas, como o Cidade Alerta, para reforçar diariamente que somos perigosas, abomináveis e, justamente por isso, merecemos sofrer toda a sorte de tortura e expurgo de terror sobre nossas corpos, nossas comunidades resistem procurando contar outras versões não contadas de nossas histórias. Versões que nos tiram dos lugares de dor, de marginalidade, de coitadas açoitadas, para enaltecer nossas potências. Produzir narrativas junto às nossas que ecoem para os quatro ventos que, apesar do mundo que nos quer em pedaços, nos mantemos vivas, potentes e criadoras de sabedorias ancestrais no enfretamento à pedagogia punitivista, carcerária e genocida que por tantos anos nos fizeram aceitar como única possível.

Sonhar em nossas criações com tanta verdade, até que ela fracture o tecido frágil da realidade, até que as prisões, todas elas, não sejam nada mais do que um doloroso pesadelo que ficou para trás na história.

## Referências

BRECHT, Bertold. *Escritos sobre Teatro*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1970.

CONCÍLIO, Vicente. *Teatro e prisão: dilemas da liberdade artística*. São Paulo: Hucitec, 2008.

DAVIS, Angela Y. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FEINMANN, José Pablo. *Crítica del neoliberalismo*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 2016.

FO, Dario. *Manual mínimo do ator*. São Paulo: Editora Senac, 1998.



FOUCAULT, M. *Las redes del poder*. 2014. Buenos Aires: Prometeo, 2014.

GAYON, Mariana Berlanga. El espectáculo de la violencia o la política del miedo: De los feminicidios a la violencia generalizada en México. 2020. *Bahia Cadernos do GIPE-CIT* n.41, p. 68-81, 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MOMBAÇA, Jota. O mundo é meu trauma. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 11, p.20-25, 2017.

NARVAES, Viviane Becker. *O Teatro do Sentenciado de Abdias Nascimento: classe e raça na modernização do teatro brasileiro*. 2020. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Universidade de São Paulo, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. *Submundo. Cadernos de um sentenciado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

NJERI, Aza. *13 de maio: a importância do teatro negro na abolição da escravidão*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://rioencena.com/13-de-maio-a-importancia-do-teatro-negro-na-abolicao-da-escravidao/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

NJERI, Aza. *O teatro na abolição*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://rioencena.com/o-teatro-na-abolicao/>. Acesso em: 25 jan.2024.

OROZCO, Amaya Perez. *Perspectivas feministas en torno a la economía. El caso de los cuidados*. Madri: Consejo Económico y Social, 2006.

Recebido em: 15/02/2024

Aprovado em: 01/04/2024